

# **Santa Casa Misericórdia Vidigueira**

**Anexo Portaria 2020/2015**

**Ano 2025**

**16 de Março de 2026**

---

# Índice

## Conteúdo

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1.1	Regime do Acréscimo (periodização económica):.....	5
3.1.2	Continuidade: .....	5
3.1.3	Compreensibilidade .....	5
3.1.4	Relevância.....	6
3.1.5	Materialidade.....	6
3.1.6	Fiabilidade.....	6
3.1.7	Representação Fidedigna .....	6
3.1.8	Substância sobre a forma .....	6
3.1.9	Neutralidade .....	6
3.1.10	Prudência.....	7
3.1.11	Plenitude.....	7
3.1.12	Comparabilidade.....	7
3.2.1	Fluxos de Caixa.....	7
3.2.2	Ativos Intangíveis.....	8
3.2.3	Ativos Fixos Tangíveis .....	8
3.2.4	Bens do património histórico e cultural .....	9
3.2.5	Propriedades de Investimento .....	9
3.2.6	Investimentos financeiros.....	9
3.2.7	Inventários .....	10
3.2.8	Instrumentos Financeiros .....	10
3.2.9	Fundos Patrimoniais .....	12
3.2.10	Provisões.....	12
3.2.11	Financiamentos Obtidos.....	12
3.2.12	Estado e Outros Entes Públicos .....	13
5	Ativos Fixos Tangíveis .....	14
7	Loações.....	15
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	16
9	Inventários .....	16
10	Rédito.....	16
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	17

---

12	Subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas .....	17
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	17
14	Imposto sobre o Rendimento .....	17
15	Benefícios dos empregados .....	18
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	18
17	Outras Informações .....	18

---

## **1 Identificação da Entidade**

---

A Santa Casa da Misericórdia de Vidigueira é uma Instituição Particular de Solidariedade Social ao Abrigo do n.º2 do artigo 4º do decreto lei n.º 9/85 de 9 de Janeiro, publicado no Diário da República n.º7, I Série de 09/01/85, e da alínea 1) do n.º6 do despacho do Secretário de Estado da Segurança Social n.º6/83, publicado no Diário da República n.º116, II Série de 20/05/1983, com sede na Praça Vasco da Gama n.º4 em Vidigueira. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Casa Abrigo – Mão Amiga;
- Creche;
- Pré-Escolar;
- Centro de Actividades de Tempos Livres

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

---

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram

---

preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

---

#### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

#### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

#### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

#### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

#### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

#### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

---

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

---

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### **3.2.2 Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

### **3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

---

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	0
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

#### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Nada a relatar.

#### **3.2.5 Propriedades de Investimento**

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

#### **3.2.6 Investimentos financeiros**

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de

---

Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### **3.2.7 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

### **3.2.8 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;

- 
- Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Beneméritos, doadores e associados

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de beneméritos, doadores e associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

---

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.10 Provisões**

Nada a relatar.

### **3.2.11 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras. De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

---

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia). Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto. Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

### **3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da

respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

#### 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5 Ativos Fixos Tangíveis

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

Nada a relatar.

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Ajustes	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	129 572,75					129 572,75
Edifícios e outras construções	1 476 086,22					1 476 086,22
Equipamento básico	122 100,28	280,47				122 380,75
Equipamento transporte	141 353,19	26 715,00	63 392,34			104 675,85
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	101 407,03					101 407,03
Outros Ativos fixos tangíveis	7 569,70	308,31				7 878,01
<b>Total</b>	<b>1 978 089,17</b>	<b>27 303,78</b>	<b>63 392,94</b>			<b>1 942 000,61</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções	421 806,91	29 644,34				451 451,25
Equipamento básico	121 927,92	2 048,28	3 602,98			120 373,22
Equipamento de transporte	109 136,24	38 367,30	63 392,94			84 110,60
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	98 464,94	1 396,41				99 861,35
Outros Ativos fixos tangíveis	3 706,54	90,90	331,83			3 465,61
<b>Total</b>	<b>755 042,55</b>	<b>71 547,23</b>	<b>67 327,75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>759 262,03</b>

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Ajustes	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	129 572,75					129 572,75
Edifícios e outras construções	1 476 086,22					1 476 086,22
Equipamento básico	122 380,75	704,60				123 085,35
Equipamento transporte	104 675,85				1,00	104 676,85
Equipamento biológico						0,00
Equipamento administrativo	101 407,03					101 407,03
Outros Ativos fixos tangíveis	7 878,01					7 878,01
<b>Total</b>	<b>1 942 000,61</b>	<b>704,60</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1 942 706,11</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções	451 451,25	29 730,39				481 181,64
Equipamento básico	120 373,22	1 420,17				121 793,39
Equipamento de transporte	84 110,60	10 283,63				94 394,23
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	99 861,35	1 448,03				101 309,38
Outros Ativos fixos tangíveis	3 465,61	294,56				3 760,17
<b>Total</b>	<b>759 262,03</b>	<b>43 176,78</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>802 438,81</b>

#### Propriedades de Investimento

Nada a relatar.

#### **6 Ativos Intangíveis**

##### Bens do domínio público

Nada a relatar.

##### Outros Ativos Intangíveis

Nada a relatar.

#### **7 Locações**

Os encargos financeiros relacionados com as locações são usualmente reconhecidos como

gastos à medida que são incorridos.

## 8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2025		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários		222 375,70	222 375,70		183 833,07	183 833,07
Locações Financeiras			0,00			0,00
Descobertos Bancários			0,00			0,00
Contas caucionadas	49 500,00		49 500,00	92 000,00		92 000,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Outros Empréstimos			0,00			0,00
<b>Total</b>	<b>49 500,00</b>	<b>222 375,70</b>	<b>271 875,70</b>	<b>92 000,00</b>	<b>183 833,07</b>	<b>275 833,07</b>

## 9 Inventários

Em 31 de dezembro 2025 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

O inventário final em 2025 foi de 3 356,70€. O Custo das Mercadorias vendidas e das Matérias consumidas em 2024 foi 2 954,89€.

## 10 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2025
Vendas	0	0
Prestação de Serviços	119 007,62	101 609,63
Subsídios à Exploração	1 033 874,45	1 097 982,90
Outros rendimentos	53 007,48	46 476,16
Juros		
Imparidades / reversões		
<b>Total</b>	<b>1 205 889,55</b>	<b>1 246 068,69</b>

---

## 11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

---

### Provisões

Nada a relatar.

### Passivos contingentes

Não aplicável.

### Ativos contingentes

Não aplicável.

---

## 12 Subsídios e Outros Apoios de Entidades Públicas

---

A 31 de dezembro de 2024 e 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios e doações à Exploração:

Descrição	2024	2025
<b>Subsídios e Doações à Exploração</b>		
Segurança Social	952 184,56	1 036 694,15
IEFP	48 577,01	23 966,25
PCM	5 964,87	6 535,94
Doações	27 148,01	30 765,40
Gestão Crédito Público		21,16
IAPMEI		
<b>Total</b>	<b>1 033 874,45</b>	<b>1 097 982,90</b>

---

## 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

---

Não aplicável.

---

## 14 Imposto sobre o Rendimento

---

Não aplicável.

## 15 Benefícios dos empregados

Os órgãos directivos não usufruem de remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 56 e em 31/12/2025 foi de 52.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	587 311,56	670 427,54
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	131 754,16	149 063,52
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9 155,75	11 498,89
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>728 221,48</b>	<b>830 989,95</b>

Resposta Social	Acórdãos	Utentes	Pessoal
Creche	66	75	17
Pré-Escolar	25	22	3
ATL	20	11	3
SAD	65	43	17
CA	17	18	12

## 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 17.1 Investimentos Financeiros

Nada relatar

## 17.2 Beneméritos, patrocinadores, doadores e associados

Nada a relatar.

## 17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2025 a rubrica Utentes encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2025
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	123 772,44	128 272,97
<b>Total</b>	<b>123 772,44</b>	<b>128 272,97</b>

## 17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2025
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	300,00	300,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	65 600,67	105 562,14
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>65 900,67</b>	<b>105 862,14</b>

## 17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
	2 564,83	2 633,98
<b>Total</b>	<b>2 564,83</b>	<b>2 633,98</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
	0,00	4695,46
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>4 695,46</b>

## 17.6 Outros Ativos Financeiros

Nada a relatar.

### 17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2025, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Caixa	9 992,94	11 165,10
Depósitos à ordem	14 734,42	23 025,47
<b>Total</b>	<b>24 727,36</b>	<b>34 190,57</b>

### 17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	92 078,78	0,00	0,00	92 078,78
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	807 155,80	10 373,85	26 291,38	791 238,27
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	155 593,58	10 964,87	10 517,18	156 041,27
<b>Total</b>	<b>1 054 828,16</b>	<b>21 338,72</b>	<b>36 808,56</b>	<b>1 039 358,32</b>

### 17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
Fornecedores c/c	55 617,50	44 198,92
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>55 617,50</b>	<b>44 198,92</b>

### 17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2025
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 925,00	2 002,00
Segurança Social	17 198,23	18 988,07
Outros Impostos e Taxas		0,00
<b>Total</b>	<b>19 123,23</b>	<b>20 990,07</b>

### 17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2025	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar				
Cauções				
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas				
Fornecedores de Investimentos				
Credores por acréscimo de gastos				
Outros credores		28 571,95		17 935,44
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>28 571,95</b>	<b>0,00</b>	<b>17 935,44</b>

### 17.12 Outros Passivos Financeiros

Nada a relatar.

### 17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2025, foi a seguinte:

Descrição	2024	2025
Serviços especializados	51 265,27	52 669,80
Conservação e Reparação	6 440,93	5 678,77
Energia e fluidos	29 924,36	31 304,71
Limpeza Higiene e Conforto	18 364,19	16 405,93
Outros	21 512,84	23 421,28
<b>Total</b>	<b>127 507,59</b>	<b>129 480,49</b>



### Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20008881333 - STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA

Equipamento: 2001 - JARDIM DA PEQUENADA

Resposta Social/Atividade: 1103 - CRECHE

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 75,00

Nº Médio de Funcionários: 16,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		2.998,65	12.835,62
Quotizações		0,00	0,00
Serviços prestados - Particulares		2.998,65	12.835,62
Serviços prestados - Entidades Públicas		0,00	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		483.939,44	445.882,11
ISS, IP		474.686,95	435.956,32
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		469.654,03	424.003,16
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		5.032,92	11.953,16
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		9.252,49	9.925,79
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-39.564,70	-49.141,15
Gastos com pessoal		-48.594,97	-50.149,11
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-304.079,23	-282.606,17
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		13.415,73	14.406,99
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		3.792,12	3.792,12
Outros gastos		9.623,61	10.614,87
Correções relativas a anos anteriores		-1.533,75	-1.166,66
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		0,00	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-1.533,75</b>	<b>-1.166,66</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>		<b>106.581,17</b>	<b>90.061,63</b>
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-30.018,91</b>	<b>-30.606,29</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		<b>76.562,26</b>	<b>59.455,34</b>
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-8.716,76</b>	<b>-11.280,56</b>
Imposto sobre rendimento do período		<b>67.845,50</b>	<b>48.174,78</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>67.845,50</b>	<b>48.174,78</b>

### Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20008881333 - STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA

Equipamento: 2001 - JARDIM DA PEQUENADA

Resposta Social/Atividade: 1104 - ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 22,00

Nº Médio de Funcionários: 4,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		24.269,55	19.004,46
Quotizações		0,00	0,00
Serviços prestados - Particulares		24.269,55	19.004,46
Serviços prestados - Entidades Públicas		0,00	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		64.915,97	46.763,16
ISS, IP		60.026,66	44.652,30
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		56.911,05	42.198,33
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		3.115,61	2.453,97
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		4.889,31	2.110,86
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-7.936,76	-10.088,58
Gastos com pessoal		-12.339,00	-11.174,59
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-75.788,46	-78.755,73
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		5.470,60	6.331,37
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00
Outros gastos		5.470,60	6.331,37
Correções relativas a anos anteriores		-671,57	-378,60
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-671,57	-378,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		<b>-2.079,67</b>	<b>-28.298,51</b>
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-296,96	-6.473,96
Juros e rendimentos similares obtidos		<b>-2.376,63</b>	<b>-34.772,47</b>
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-2.259,95	-2.301,05
Imposto sobre rendimento do período		<b>-4.636,58</b>	<b>-37.073,52</b>
Resultado líquido do período		0,00	0,00
		<b>-4.636,58</b>	<b>-37.073,52</b>

### Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20008881333 - STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA

Equipamento: 2001 - JARDIM DA PEQUENADA

Resposta Social/Atividade: 1135 - CATL - C/ EXTENSÃO DE HORÁRIO C/ ALMOÇO

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Sim

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 11,00

Nº Médio de Funcionários: 3,00

Nº Meses: 6

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		7.478,46	18.424,46
Quotizações		0,00	0,00
Serviços prestados - Particulares		7.478,46	18.424,46
Serviços prestados - Entidades Públicas		0,00	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		6.170,22	21.373,02
ISS, IP		6.169,38	20.182,25
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		6.169,38	18.757,38
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		0,00	1.424,87
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,84	1.190,77
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-4.902,11	-5.857,89
Gastos com pessoal		-4.050,59	-5.689,39
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-21.697,58	-36.443,94
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		940,55	1.694,54
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		0,00	0,00
Outros gastos		940,55	1.694,54
Correções relativas a anos anteriores		-57,54	-104,57
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-57,54	-104,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-16.118,59	-6.603,77
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	-3.668,32
Juros e rendimentos similares obtidos		-16.118,59	-10.272,09
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-533,82	-1.318,48
Imposto sobre rendimento do período		-16.652,41	-11.590,57
Resultado líquido do período		0,00	0,00
		-16.652,41	-11.590,57

### Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20008881333 - STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA

Equipamento: 2000 - SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VIDIGUEIRA

Resposta Social/Atividade: 2101 - SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Típico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 43,00

Nº Médio de Funcionários: 17,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		66.369,96	61.668,04
Quotizações		0,00	0,00
Serviços prestados - Particulares		66.369,96	61.668,04
Serviços prestados - Entidades Públicas		0,00	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		264.595,10	274.143,88
ISS, IP		256.996,71	267.153,05
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		208.409,20	192.115,69
Outras entidades públicas		40.678,65	62.446,26
Subsídios de outras entidades		7.908,86	12.591,10
Doações heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		7.598,39	6.990,83
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-74.470,35	-83.159,82
Gastos com pessoal		-29.690,74	-29.181,72
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-239.086,34	-252.959,44
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		8.437,40	16.186,89
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		85,10	113,59
Outros gastos		8.352,30	16.073,30
Correções relativas a anos anteriores		-740,62	-55,95
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-740,62	-55,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-4.585,59	-13.358,12
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-10.948,22	-624,94
Juros e rendimentos similares obtidos		-15.533,81	-13.983,06
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-511,44	-603,27
Imposto sobre rendimento do período		-16.045,25	-14.586,33
Resultado líquido do período		0,00	0,00
		-16.045,25	-14.586,33

### Mapa de Valências / Atividades Por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20008881333 - STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA

Equipamento: 2000 - SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VIDIGUEIRA

Resposta Social/Atividade: 3402 - CASA DE ABRIGO

Início RS/Atividade no ano: Não

Encerramento RS/Atividade no ano: Não

Tipo de Acordo: Atípico

Tipo de Atividade:

Nº Médio de Utentes: 18,00

Nº Médio de Funcionários: 12,00

Nº Meses: 12

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		493,01	418,98
Quotizações		493,01	418,98
Serviços prestados - Particulares		0,00	0,00
Serviços prestados - Entidades Públicas		0,00	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Subsídios de entidades públicas		278.362,17	245.178,61
ISS, IP		262.780,70	238.248,85
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		254.871,84	212.130,07
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Subsídios de outras entidades		7.908,86	26.118,78
Doações heranças e legados		6.535,94	0,00
Variação nos inventários da produção		9.045,53	6.929,76
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-54.317,24	-35.795,34
Gastos com pessoal		-34.805,19	-31.312,78
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-190.338,34	-178.915,09
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		0,00	0,00
Correções relativas a anos anteriores		11.675,94	14.387,69
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		104,02	75,73
Outros gastos		11.571,92	14.311,96
Correções relativas a anos anteriores		-9.269,36	-8.133,16
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		0,00	0,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-9.269,36</b>	<b>-8.133,16</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>		<b>1.800,99</b>	<b>5.828,91</b>
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-1.911,69</b>	<b>-2.175,15</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		<b>-110,70</b>	<b>3.653,76</b>
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-459,28</b>	<b>-541,65</b>
Imposto sobre rendimento do período		<b>-569,98</b>	<b>3.112,11</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>-569,98</b>	<b>3.112,11</b>

## Demonstração dos Resultados por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20008881333 - STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA

Número RS/Atividades agregadas: 5

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas		0,00	0,00
Serviços prestados		101.609,63	112.351,56
Quotizações		493,01	418,98
Serviços prestados - Particulares		101.116,62	111.932,58
Serviços prestados - Entidades Públicas		0,00	0,00
ISS, IP		0,00	0,00
Outras entidades públicas		0,00	0,00
Serviços prestados - Outros		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		1.097.982,90	1.033.340,78
Subsídios de entidades públicas		1.060.660,40	1.006.192,77
ISS, IP		996.015,50	889.204,63
ISS, IP – Apoios excecionais e extraordinários		40.678,65	62.446,26
Outras entidades públicas		23.966,25	54.541,88
Subsídios de outras entidades		6.535,94	0,00
Doações heranças e legados		30.786,56	27.148,01
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-181.191,16	-184.042,78
Fornecimentos e serviços externos		-129.480,49	-127.507,59
Gastos com pessoal		-830.989,95	-829.680,37
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		39.940,22	53.007,48
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimento		3.981,24	3.981,44
Outros rendimentos e ganhos		35.958,98	49.026,04
Outros gastos		-12.272,84	-9.838,94
Correções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos e perdas		-12.272,84	-9.838,94
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>85.598,31</b>	<b>47.630,14</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-43.175,78	-43.548,66
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>42.422,53</b>	<b>4.081,48</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-12.481,25	-16.045,01
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>29.941,28</b>	<b>-11.963,53</b>
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>29.941,28</b>	<b>-11.963,53</b>

## Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20008881333 - STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		1.140.267,30	1.182.738,58
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		17.810,40	17.810,40
Investimentos financeiros		24,94	24,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		533,56	0,00
		<b>1.158.636,20</b>	<b>1.200.573,92</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		3.356,70	2.954,89
Créditos a receber		128.272,97	123.772,44
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		2.633,98	2.564,83
Outros ativos correntes		105.862,14	66.434,13
Caixa e depósitos bancários		34.190,57	24.727,36
		<b>274.316,36</b>	<b>220.453,65</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.432.952,56</b>	<b>1.421.027,57</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Fundos		92.078,78	92.078,78
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		791.238,27	807.155,80
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		<b>156.041,27</b>	<b>155.593,58</b>
Subsídios ao investimento		143.022,80	147.004,04
Doações		3.491,59	3.491,59
Outras variações		9.526,88	5.097,95
		<b>1.039.358,32</b>	<b>1.054.828,16</b>
Resultado líquido do período		<b>29.941,28</b>	<b>-11.963,53</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>1.069.299,60</b>	<b>1.042.864,63</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		183.833,07	222.375,70
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>183.833,07</b>	<b>222.375,70</b>

## Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2025

Instituição: 20008881333 - STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		44.198,92	55.617,50
Estado e outros entes públicos		20.990,07	19.123,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		92.000,00	49.500,00
Diferimentos		4.695,46	0,00
Outros passivos correntes		17.935,44	31.546,51
<b>Total do Passivo</b>		<b>179.819,89</b>	<b>155.787,24</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>363.652,96</b>	<b>378.162,94</b>
		<b>1.432.952,56</b>	<b>1.421.027,57</b>



SEGURANÇA SOCIAL

CENTRO DISTRIAL DE BEJA  
NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.  
SERVIÇOS CENTRAIS

## Mapa D - Mapa de Controlo de Subsídios ao Investimento

Investimento	Entidade	Designação Ativo	Valor Inicial	Taxa	Ano Início	Ano Fim	Subsídio Investimento IS	Subsídio Investimento Total	Imputação Ano (conta 799)	Ajustamentos Positivos	Ajustamentos Negativos	Ano de Contas	
												2025	Valor Líquido Ano (conta 593)
EC	STA CASA MISERICORDIA VIDIGUEIRA	MASES	13.881,85 €	2,00 %	2009	2058	17.310,00 €	17.310,00 €	346,20 €	1.098,35 €	0,00 €	0,00 €	12.522,95 €
EC		Projecto: 0605.03.0039 - O Recanto da Pequenada	1.235.910,19 €	2,00 %	2011	2060	187.581,00 €	187.581,00 €	3.751,82 €	0,00 €	0,00 €	806,85 €	130.499,85 €
<b>Totais</b>			<b>1.249.792,04 €</b>				<b>204.891,00 €</b>	<b>204.891,00 €</b>	<b>4.097,82 €</b>	<b>1.098,35 €</b>	<b>806,85 €</b>	<b>806,85 €</b>	<b>143.022,80 €</b>



Nome: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VIDIGUEIRA

País da Entidade: Portugal

Tipo de Identificação: NIF/NIPC

Nº de Identificação: 501194304

Legal Entity Identifier (LEI):

**Informação comunicada pela instituição: CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. (0035)**

**Responsabilidades de crédito relativas a 31 de dezembro de 2025**

<b>Tipo de responsabilidade</b>	Devedor					
<b>Produto financeiro</b>	Financiamento à atividade empresarial			<b>Garantias</b>		
<b>Tipo de negociação</b>	Geral	<b>Em litígio judicial</b>	Não	<b>Tipo</b>	<b>Valor</b>	<b>Número</b>
<b>Início</b>	2011-04-13	<b>Fim</b>	2027-10-13	1410	180 000,00 €	1
<b>Nº devedores no contrato</b>	1					
<b>Montantes</b>						
<b>Total em dívida</b>	20 864,02 €					
<b>do qual, em incumprimento</b>	0,00 €	<b>Entrada incumpr.</b>	Não Aplicável			
<b>Vencido</b>	0,00 €					
<b>Abatido ao ativo</b>	0,00 €					
<b>Potencial</b>	0,00 €					
<b>Prestação</b>	1 077,12 €	<b>Periodicidade</b>	Mensal			

<b>Tipo de responsabilidade</b>	Devedor					
<b>Produto financeiro</b>	Crédito renovável - conta corrente bancária			<b>Garantias</b>		
<b>Tipo de negociação</b>	Geral	<b>Em litígio judicial</b>	Não	<b>Tipo</b>	<b>Valor</b>	<b>Número</b>
<b>Início</b>	2016-03-17	<b>Fim</b>	2026-03-17	1410	30 000,00 €	1
<b>Nº devedores no contrato</b>	1					
<b>Montantes</b>						
<b>Total em dívida</b>	64 000,00 €					
<b>do qual, em incumprimento</b>	0,00 €	<b>Entrada incumpr.</b>	Não Aplicável			
<b>Vencido</b>	0,00 €					
<b>Abatido ao ativo</b>	0,00 €					
<b>Potencial</b>	66 000,00 €					
<b>Prestação</b>	0,00 €	<b>Periodicidade</b>	Trimestral			



Nome: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VIDIGUEIRA

País da Entidade: Portugal

Tipo de Identificação: NIF/NIPC

Nº de Identificação: 501194304

Legal Entity Identifier (LEI):

**Informação comunicada pela instituição: CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO GUADIANA INTERIOR, CRL (6250)**

**Responsabilidades de crédito relativas a 31 de dezembro de 2025**

<b>Tipo de responsabilidade</b>	Devedor					
<b>Produto financeiro</b>	Outros créditos			<b>Garantias</b>		
<b>Tipo de negociação</b>	Geral	<b>Em litígio judicial</b>	Não	<b>Tipo</b>	<b>Valor</b>	<b>Número</b>
<b>Início</b>	2010-01-28	<b>Fim</b>	2032-07-28	1410	347 224,79 €	3
<b>Nº devedores no contrato</b>	1					
<b>Montantes</b>						
<b>Total em dívida</b>	150 443,65 €					
<b>do qual, em incumprimento</b>	0,00 €	<b>Entrada incumpr.</b>	Não Aplicável			
<b>Vencido</b>	0,00 €					
<b>Abatido ao ativo</b>	0,00 €					
<b>Potencial</b>	0,00 €					
<b>Prestação</b>	2 192,69 €	<b>Periodicidade</b>	Mensal			
<b>Tipo de responsabilidade</b>	Devedor					
<b>Produto financeiro</b>	Crédito renovável, com exceção de descobertos e cartão de crédito.			<b>Garantias</b>		
<b>Tipo de negociação</b>	Geral	<b>Em litígio judicial</b>	Não	<b>Tipo</b>	<b>Valor</b>	<b>Número</b>
<b>Início</b>	2022-09-27	<b>Fim</b>	2026-09-27	-	-	-
<b>Nº devedores no contrato</b>	1					
<b>Montantes</b>						
<b>Total em dívida</b>	28 000,00 €					
<b>do qual, em incumprimento</b>	0,00 €	<b>Entrada incumpr.</b>	Não Aplicável			
<b>Vencido</b>	0,00 €					
<b>Abatido ao ativo</b>	0,00 €					
<b>Potencial</b>	2 000,00 €					
<b>Prestação</b>	286,35 €	<b>Periodicidade</b>	Trimestral			
<b>Tipo de responsabilidade</b>	Devedor					
<b>Produto financeiro</b>	Crédito não renovável			<b>Garantias</b>		
<b>Tipo de negociação</b>	Geral	<b>Em litígio judicial</b>	Não	<b>Tipo</b>	<b>Valor</b>	<b>Número</b>
<b>Início</b>	2023-11-24	<b>Fim</b>	2028-12-02	-	-	-
<b>Nº devedores no contrato</b>	1					
<b>Montantes</b>						
<b>Total em dívida</b>	12 525,40 €					
<b>do qual, em incumprimento</b>	0,00 €	<b>Entrada incumpr.</b>	Não Aplicável			
<b>Vencido</b>	0,00 €					
<b>Abatido ao ativo</b>	0,00 €					
<b>Potencial</b>	0,00 €					
<b>Prestação</b>	390,59 €	<b>Periodicidade</b>	Mensal			



**Nome:** SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VIDIGUEIRA

**País da Entidade:** Portugal

**Tipo de Identificação:** NIF/NIPC

**Nº de Identificação:** 501194304

**Legal Entity Identifier (LEI):**

---

## Legenda

### Tipos de Garantia:

1410	Imóveis destinados à habitação – Concluídos
1412	Imóveis destinados à habitação – Concluídos

---

## Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 2 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2025, de 11 de setembro).

Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



**Nome:** SANTA CASA DA MISERICORDIA DE VIDIGUEIRA

**País da Entidade:** Portugal

**Tipo de Identificação:** NIF/NIPC

**Nº de Identificação:** 501194304

**Legal Entity Identifier (LEI):**

## Resumo das Responsabilidades de Crédito relativas a 31 de dezembro de 2025

**Tipo de Responsabilidade:** Devedor

### Individual

	Montante em dívida			N.º Produtos	Produtos c/ garantia
	Total	Em incumprimento	Montante Potencial		
Crédito não renovável	12 525,40 €	0,00 €	0,00 €	1	0
Crédito renovável - conta corrente bancária	64 000,00 €	0,00 €	66 000,00 €	1	1
Crédito renovável, com exceção de descobertos e cartão de crédito.	28 000,00 €	0,00 €	2 000,00 €	1	0
Financiamento à atividade empresarial	20 864,02 €	0,00 €	0,00 €	1	1
Outros créditos	150 443,65 €	0,00 €	0,00 €	1	1
	<b>275 833,07 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>68 000,00 €</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

### Instituições e produtos financeiros

<b>Nº de instituições que comunicaram informação:</b>	2
<b>Nº de instituições que comunicaram incumprimento:</b>	0
<b>Nº total de produtos financeiros comunicados:</b>	5

### Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 2 do Anexo II do Decreto-Lei n.º 103/2025, de 11 de setembro).

Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.